



Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra
ESTADO DE SÃO PAULO

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROC. ADM. Nº 2525/2020

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº007/2021

TERMO DE COLABORAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA CELEBRADO ENTRE A
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA (SP) E PASTORAL DO
MENOR

Pelo presente Termo de Colaboração, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA (SP)**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Wagner José Schmidt, CPF Nº 000.626.588-08, RG nº 5.277.445-4 SSP/SP e pela Gestora das Parcerias vinculadas à área da Assistência Social, Sr(a). Maria Angélica Venâncio Bastianini, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro lado **PASTORAL DO MENOR** neste ato representada pelo Presidente Sebastião do Nascimento Filho CPF Nº 980.035.188-49, RG nº 7.434.709-3, doravante designada simplesmente **OSC**, resolvem firmar o presente Termo, conforme as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo de colaboração tem por objeto a execução do Plano de Trabalho proposto pela OSC Pastoral do Menor na forma do artigo 22 e seguintes da Lei Ordinária nº 13.019/2014, e aprovado pelo **MUNICÍPIO**, sendo parte integrante e indissociável deste instrumento, independentemente de transcrição.

Parágrafo 1º - A OSC prestará serviços **SOCIOASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS DE 06 (SEIS) À 15 (QUINZE) ANOS**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Publicar na imprensa oficial ou no jornal o extrato deste Termo de Colaboração e de seus eventuais aditivos, nos prazos e nos moldes previstos no art. 38, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014; com redação dada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015.

II – Efetuar os repasses de recursos à OSC para a execução do objeto desta Colaboração, no valor de R\$ 71.652,88 (setenta e um mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e oitenta e oito centavos), através de depósito bancário na conta corrente de custeio nº 109125-5 agência nº 0873-7 - Banco do Brasil, verba municipal, utilizada pela OSC para execução do presente Termo de Colaboração;

III – Supervisionar, acompanhar e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela OSC, bem como apoiá-la tecnicamente em decorrência da execução das atividades, objeto desta Colaboração;

IV – Notificar para que a OSC adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes desta Colaboração, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos financeiros, até o saneamento dos eventuais apontamentos;

V - Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.



Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra
ESTADO DE SÃO PAULO

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROC. ADM. Nº 2525/2020

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

- I – Executar os serviços socioassistenciais a que se refere o objeto;
- II – Zelar pela manutenção de qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pelo MUNICÍPIO e aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social;
- III - Observar as orientações do MUNICÍPIO, decorrentes do trabalho de acompanhamento e supervisão das atividades ou projeto e, também, das fiscalizações periódicas realizadas pelo Juízo e Promotoria e propor ajustes necessários para melhor executar as ações, alcançar eficácia, eficiência e economicidade;
- IV – Manter recursos humanos, materiais e equipamentos sociais adequados e compatíveis com o atendimento dos serviços assistenciais que os obriga a prestar, com vistas ao cumprimento dos objetivos desta Colaboração;
- V - Proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abrangida pelos serviços assistenciais, sem discriminação de qualquer natureza, zelando pela segurança e integridade física dos usuários;
- VI – Aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo MUNICÍPIO, inclusive eventuais rendimentos de aplicação financeira, na prestação dos serviços objeto desta Colaboração, conforme estabelecido na cláusula primeira;
- VII – Apresentar, nos prazos exigidos pelo Setor Municipal de Assistência Social - SMAS, por meio do relatório circunstanciado, as atividades desenvolvidas, comprovando que os recursos financeiros recebidos foram aplicados nas ações previstas no Plano de Trabalho, além da relação nominal e documentos de todos os assistidos;
- VIII – Prestar contas ao MUNICÍPIO, conforme cláusula sexta deste Termo de Colaboração, inclusive apresentar mensalmente extrato e conciliação bancária;
- IX – Realizar e comprovar com certificação, formação inicial a empregado admitido, e no mínimo duas capacitações continuadas aos profissionais contratados e vinculados aos serviços, podendo recorrer ao apoio dos profissionais do SMAS, a fim de assegurar a execução do plano de trabalho, avaliação sistemática para a prestação do serviço com qualidade dentro da política de assistência social do município;
- X – Manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como relação nominal dos beneficiários das ações colaboradas à disposição dos órgãos fiscalizadores, e ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos públicos;
- XI – Assegurar a Comissão de Monitoramento e Avaliação, ao Conselho de Assistência Social, e aos demais Conselhos, ao Juízo e a Promotoria condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos serviços prestados;
- XII - Apresentar relatório nos prazos exigidos pelo SMAS, demonstrando o atendimento prestado, com os aspectos quantitativos e qualitativos, considerados, respectivamente, a capacidade e o número de beneficiários, bem como os resultados alcançados na implementação dos serviços, de acordo com o formulário desenvolvido pelo SMAS;



Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra
ESTADO DE SÃO PAULO

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROC. ADM. Nº 2525/2020

XIII - Alimentar os sistemas de controle de dados dos serviços, informatizados ou manuais, adotados pelo SMAS, bem como os decorrentes das normas expedidas pela União e pelo Governo do Estado de São Paulo;

XIV - A OSC deverá fornecer, mensalmente, relação contendo informações individualizadas das pessoas atendidas durante o mês, na forma que vier a ser estabelecida pelo SMAS, bem como informar as vagas disponíveis para acolhimento;

XV - Manter identidade do trabalhador social mediante crachá contendo nome completo, cargo, função e logomarca da OSC;

XVI - Manter, durante o prazo de vigência deste termo de colaboração, a regularidade das obrigações perante a Previdência Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

XVII - Comunicar ao SMAS toda e qualquer alteração ocorrida em seus estatutos sociais, mudanças de diretoria ou substituição de seus membros.

XVIII - Manter atualizado diariamente o Banco de Dados dos Usuários e de suas Famílias, de acordo com as normas expedidas pela União e pelo Governo do Estado de São Paulo, bem como deverá alimentar os sistemas de controles de dados dos serviços — *on line*, informatizados ou manuais — adotados ou que vierem a ser adotados pelo SMAS.

XIX – Apresentar, na ocasião da prestação de contas das parcelas, cópias de CND Mobiliário Municipal, CRF, Certidão Conjunta da Dívida Ativa, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizadas, podendo ser substituídas pela simples pesquisa realizada pelo Órgão Gestor nos respectivos portais dos governos, na internet;

XX – Atender eventuais solicitações verbais, por e-mail, telefone ou outros meios acerca de levantamentos de dados formulados pelo SMAS, com a pronta apresentação dos documentos solicitados no prazo estipulado;

XXI – Apresentar, caso solicitado, nome e número da Carteira de Trabalho e Previdência Social de cada um dos trabalhadores recrutados para executar os serviços vinculados ao objeto, mediante prévio registro com base na legislação trabalhista, bem como, inclusive de eventual empregado substituto;

XXII - Promover a publicação integral de extrato do relatório de execução física e financeira deste Termo de Colaboração, nos termos dos artigos 10 e 11 da Lei Federal nº 13.019/2014, com redação dada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015.

XXIII - Manter os recursos aplicados no mercado aberto em títulos da dívida pública quando os recursos forem utilizados em prazo inferior a 30 (trinta) dias, e em caderneta de poupança quando não utilizados no prazo superior as 30 (trinta) dias, sendo que estes valores deverão ser aplicados na parceria e prestar conta na mesma forma dos recursos repassados, inclusive apresentando os extratos bancários mensais de aplicação financeira.

XXIV - Efetuar os pagamentos somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, Débito), pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedada a emissão de cheque para desembolso ou quaisquer pagamentos em espécie no limite de R\$ 500,00 conforme os critérios definidos pelo art. 38 Decreto Municipal nº 881/2017;

XXV - Manter e movimentar os recursos em conta bancária, em banco público, citada neste instrumento;



Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra
ESTADO DE SÃO PAULO

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROC. ADM. Nº 2525/2020

XXVI - Se responsabilizar exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de serviços e de pessoal;

XXVII - Se responsabilizar exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do termo de colaboração, manter as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

XXVIII - Elaborar e entregar o balanço patrimonial, o balancete analítico anual, e demais demonstrações contábeis solicitadas pelo TCE-SP, segundo as normas contábeis vigentes para o terceiro setor;

XXIX - Manter em seus arquivos durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ATRIBUIÇÕES DA OSC:

I - Realizar diagnóstico, mapeando os serviços conveniados ou não, localizando a rede de serviços a partir dos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos, de forma a propiciar a universalidade de cobertura entre indivíduos e famílias.

II - Elaborar Plano de Ação seguindo as diretrizes da Lei 13.019/14 e suas alterações;

III - Participar e propiciar a capacitação continuada tanto as oferecidas pelo SMAS, como as viabilizadas pela rede local;

IV - Possibilitar que o SMAS acompanhe a seleção dos profissionais do serviço, de acordo com as atribuições exigidas para cada função;

V - Realizar as ações previstas no plano de trabalho, respeitando as diretrizes e eixos dos serviços;

VI - Responsabilizar-se pela manutenção, reforma e ampliação do espaço físico;

VII - Participar da sistematização, monitoramento das atividades desenvolvidas e do processo de avaliação;

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O valor total estimado da presente Colaboração é de R\$ 71.652,88 (setenta e um mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e oitenta e oito centavos) para 10 (dez) meses, onerando a seguinte rubrica orçamentária da Assistência Social (SMAS): 08.244.0014.2051.0000 Proteção Básica – Recursos Próprios; 3.3.50.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 510.000 Assistência Social Geral; 0.01.00 Fonte de Recurso.

TOTAL DE VAGAS OFERECIDAS: 60 VAGAS

RECURSO	VALOR 10 MESES
Municipal	R\$ 71.652,88



Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra
ESTADO DE SÃO PAULO

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROC. ADM. Nº 2525/2020

Parágrafo único - O repasse de cada parcela será efetuado mensalmente, condicionada à apresentação e aprovação da prestação de contas da parcela anterior.

DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Apresentar o relatório quali-quantitativo mensal, elaborado pela entidade e assinado pelo técnico, coordenador e dirigente da OSC, até o quinto dia útil.

Em dezembro, na forma determinada pela Unidade Gestora;

CLÁUSULA SEXTA – DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

A OSC prestará contas ao MUNICÍPIO, da seguinte forma:

Contas parciais: serão prestadas de acordo com as Instruções do SMAS e as normativas vigentes do Tribunal de Contas do Estado, a cada mês, devendo conter a documentação comprovadora (original e cópia, ou imagem) da aplicação dos recursos recebidos mensalmente, conforme descrito no Plano de Trabalho, devidamente acompanhado de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas; extratos bancários conciliados, evidenciando a movimentação do recurso e a rentabilidade do período; relatório de receita e de despesas; certidão negativa de regularidade junto à Previdência Social (CND - CNDT) e FGTS (CRF), relação nominal dos atendidos;

Parágrafo 1º - Para fins de comprovação dos gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior à vigência da Colaboração;

Parágrafo 2º - Não poderão ser pagas com recursos da parceria, despesas decorrentes de:

I - Taxa de administração, de gerência ou similar;

II - Pagamento de servidor ou empregado público sem que haja lei específica e autorização em lei de diretrizes orçamentária;

III - Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos;

IV - Publicidade, salvo as previstas no Plano de Trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou orientação pessoal, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

V - Pagamento de pessoal contratado pela OSC, que não atendam às exigências do artigo 46 Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com redação dada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015.

VI - Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas.

Parágrafo 3º - Ao adquirir equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da Colaboração a OSC deverá gravá-lo com cláusula de inalienabilidade e formular promessa de transferência da propriedade ao MUNICÍPIO, na hipótese de sua extinção da ação.

Parágrafo 4º - A falta de prestação de contas nas condições estabelecidas nesta Cláusula, ou a sua não aprovação pela Comissão de Monitoramento e Avaliação importará na suspensão das liberações subsequentes até a correção das impropriedades ocorridas.



Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra
ESTADO DE SÃO PAULO

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROC. ADM. Nº 2525/2020

Parágrafo 5º - É responsabilidade exclusiva da OSC o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, e especialmente as de pessoal, incluindo-se os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

A Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada através da **Portaria Municipal nº 1434/2021** realizará o monitoramento e avaliação da parceria, da fiscalização do Poder Judiciário e Ministério Público.

Parágrafo único - Fica assegurado o livre acesso dos servidores do SMAS, do Controle Interno Municipal e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela lei vigente, bem como aos locais de execução do objeto.

CLÁUSULA OITAVA – DAS IRREGULARIDADES.

Qualquer irregularidade concernente à presente parceria será comunicada ao SMAS, que deliberará quanto à implicação das sanções previstas na cláusula décima segunda.

Parágrafo único: Os casos omissos serão solucionados de comum acordo entre os colaboradores.

CLÁUSULA NONA – DO GESTOR DA PARCERIA

Em consonância com o disposto na alínea “g” do artigo 35 da Lei Ordinária nº 13.019 de 31/07/2014, fica designado como Gestor da parceria a Senhora Maria Angélica Venâncio Bastianini, CPF 249.946.338-43.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

Este instrumento terá a vigência de 09/03/2021 a 31/12/2021, podendo ser prorrogada até o limite de **60 MESES**, após manifestação por escrito do titular do SMAS, posterior ao parecer da equipe técnica e anuência do CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social).

Parágrafo único - Em caso de prorrogação será indicada nos termos aditivos, os créditos e empenhos para sua cobertura, de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro, em consonância com a atual legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

A prorrogação de ofício da vigência do instrumento deve ser feita pelo MUNICÍPIO, antes do seu término.

O plano de trabalho da parceria poderá ser alterado para a revisão de valores, vigência ou das metas, mediante termo aditivo, e por apostilamento ao plano de trabalho original, para remanejamento, sem alteração de vigência e do montante pactuado, com solicitação e justificativa apresentada previamente pela OSC e aprovada pela Administração Pública.



Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra
ESTADO DE SÃO PAULO

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROC. ADM. Nº 2525/2020

O presente termo será automaticamente prorrogado por (trinta) 30 dias a contar da data da liberação da última parcela dos recursos para a conta do FMAS.

O órgão da administração pública municipal poderá autorizar ou propor a alteração do termo de fomento ou de colaboração ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

I - por termo aditivo à parceria para:

- a) ampliação de até trinta por cento do valor global;
- b) redução do valor global, sem limitação de montante;
- c) prorrogação da vigência, observados os limites do art. 21; ou
- d) alteração da destinação dos bens remanescentes; ou

II - por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:

- a) utilização de rendimentos de aplicações financeiras ou de saldos porventura existentes antes do término da execução da parceria;
- b) ajustes da execução do objeto da parceria no plano de trabalho; ou
- c) remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

III. Sem prejuízo das alterações previstas no termo, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para:

- a) - prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão da administração pública municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado; ou
- b) - indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

A administração pública municipal deverá se manifestar sobre a solicitação no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de sua apresentação, ficando o prazo suspenso quando forem solicitados esclarecimentos à organização da sociedade civil.

No caso de término da execução da parceria antes da manifestação sobre a solicitação de alteração da destinação dos bens remanescentes, a custódia dos bens permanecerá sob a responsabilidade da organização da sociedade civil até a decisão do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

A presente Colaboração poderá ser rescindida por infração legal ou descumprimento de suas cláusulas e condições executórias, bem como por denúncia precedida de notificação no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, por desinteresse unilateral ou consensual, respondendo cada partícipe, em qualquer hipótese, pelas obrigações assumidas até a data do efetivo desfazimento.

Parágrafo 1º - Quando da denúncia, rescisão ou extinção da Colaboração, caberá à OSC apresentar ao MUNICÍPIO no prazo de 10 (dez) dias, documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data, bem como devolução dos saldos financeiros remanescentes, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras;



Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra
ESTADO DE SÃO PAULO

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROC. ADM. Nº 2525/2020

Parágrafo 2º - É prerrogativa do MUNICÍPIO, assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto colaborado, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;

Parágrafo 3º - Na ocorrência de cancelamento de restos a pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O não cumprimento das cláusulas deste Termo de Colaboração, bem como a inexecução injustificada, total ou parcial, dos serviços, programas, atividades e projetos parcerizados constituem irregularidades passíveis das seguintes penalidades, aplicadas cumulativamente e/ou progressivamente, obedecida a proporcionalidade:

I - Advertência formal;

II - Suspensão do repasse mensal;

III - Suspensão temporária da participação em CHAMAMENTO PÚBLICO e impedimento de celebrar termos de parceria (colaboração ou fomento) e contratos com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para participar em CHAMAMENTO PÚBLICO ou celebrar termo de colaboração ou fomento e contratos com órgãos e OSCS em todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida após a OSC ressarcir os cofres públicos pelos prejuízos resultantes, e após o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste dispositivo;

Parágrafo 1º - A sanção estabelecida no inciso III é de competência exclusiva do SMAS, facultada a defesa do(a) interessado(a) no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo 2º - Constatada a ocorrência de irregularidades pelo SMAS do Município, a Organização parceira deverá ser por essa notificada por meio formal, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo 3º - A Organização parceira deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data do recebimento da notificação de irregularidades, justificativa e proposta de correção para apreciação e decisão pela Supervisão de Assistência Social do SMAS .

Parágrafo 4º - A liberação de parcela de repasse, eventualmente bloqueada, será feita após a correção das irregularidades apontadas, ou da aceitação formal da proposta de correção, com prazos determinados.

Parágrafo 5º - A cópia da notificação de ocorrências de irregularidades, devidamente assinada pelas partes, da justificativa e da proposta de correção integrarão o processo administrativo identificado no preâmbulo do presente Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESTITUIÇÃO



Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra
ESTADO DE SÃO PAULO

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROC. ADM. Nº 2525/2020

A OSC compromete-se a restituir no prazo de 30 (trinta) dias os valores repassados pelo MUNICÍPIO, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou outro índice que o substitua, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

- I – A inexecução do objeto desta Colaboração;
- II – Não apresentação do relatório de execução físico-financeira e prestação de contas no prazo exigido;
- III – Utilização dos recursos financeiros em finalidade diversas da estabelecida.

Parágrafo único - Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão desta, houverem sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela Administração Pública, se não for para uso no respectivo objeto, deve ser restituído e ser incorporado ao patrimônio do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia desta Colaboração fica condicionada a publicação do respectivo extrato no órgão de imprensa oficial do município, até o quinto dia útil do mês subsequente, a contar do mês da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Comunicações. Todas as comunicações relativas a este Termo de Colaboração serão efetuadas por escrito e consideradas como realizadas quando entregues nos endereços indicados no preâmbulo deste instrumento. As partes serão responsáveis pela comunicação por escrito de eventual alteração de endereço e as notificações enviadas até essa comunicação serão consideradas como realizadas quando entregues nos endereços indicados neste instrumento.

Ausência de Vínculo. Este Termo de Colaboração não implica na formação de vínculo de qualquer natureza entre o MUNICÍPIO e a OSC, nem entre uma parte e os empregados, contratados e cooperados da outra parte, permanecendo cada qual exclusivamente responsável, pela remuneração e respectivos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários, bem com pelas reclamações e ações, de seus empregados e contratados, devendo manter a outra parte a salvo de tais reclamações e ações e indenizá-la de quaisquer quantias, inclusive honorários advocatícios e custas judiciais devidas em decorrência de tais reclamações e ações, inclusive reivindicações relativas ao INSS, FGTS e direitos previdenciários.

Casos Omissos. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes através de Termo Aditivo que fará parte integrante deste instrumento.

Independência das Disposições. Se qualquer termo ou outra disposição deste Termo de Colaboração for considerado inválido, ilegal ou inexequível diante de qualquer norma legal ou ordem pública, todos os demais termos e disposições deste instrumento permanecerão, independentemente, em pleno vigor e efeito pelo tempo em que o substrato econômico e jurídico das operações contempladas neste instrumento não for prejudicado por qualquer das partes individualmente. Quando qualquer termo ou outra disposição for considerado inválido, ilegal ou inexequível, as partes negociarão em boa fé a alteração deste Termo de Colaboração de modo a fazer vigorar sua intenção original da maneira mais aceitável possível, e a fim de que as transações aqui contempladas sejam realizadas na medida do possível.

Decisões Nulas de Pleno Direito. Será nula de pleno direito, toda e qualquer medida ou decisão correlata com o presente Termo de Colaboração que vá de encontro ao que esteja na Dispensa de Chamamento do SMAS e na Lei Ordinária Federal nº 13.019/2014.

S. Fiel
ce



Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra
ESTADO DE SÃO PAULO

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROC. ADM. Nº 2525/2020

Novação. A falta de utilização, pelos parceiros, de quaisquer direitos ou faculdades que lhe concede este Termo de Colaboração não se constituirá novação, nem importará renúncia aos mesmos direitos e faculdades, mas mera tolerância em fazê-los prevalecer em qualquer outro momento ou situação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO DOCUMENTO COMPLEMENTAR

Faz parte do presente Instrumento, em tudo aquilo que não contrarie, de forma a complementarem-se um ao outro, o Plano de Trabalho apresentado pela OSC e aprovado pelo MUNICÍPIO na forma da proposta – Dispensa de CHAMAMENTO PÚBLICO.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO PROTOCOLADO ADMINISTRATIVO:

O presente Termo de Colaboração foi confeccionado de acordo com o constante no protocolado administrativo nº 2525/2020.

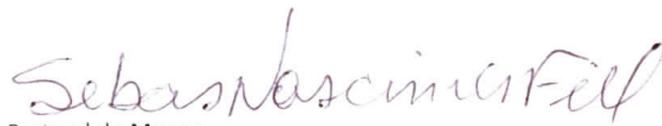
As partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, e na presença de duas (02) testemunhas.

CLAUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

O Foro a Comarca de São Joaquim da Barra (SP) para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

São Joaquim da Barra (SP), 09 de Março de 2021.


Município de São Joaquim da Barra
Wagner José Schmidt
CPF: 000.626.588-08
Prefeito de São Joaquim da Barra


Pastoral do Menor
Sebastião do Nascimento Filho
CPF: 980.035.188-49
Presidente


Maria Angélica Venâncio Bastianini
CPF: 249.946.338-43
Gestora da Parceria

Testemunhas:


Débora Cristina Inhani Zulato
CPF: 368.507.968-95


Janaina Cristina Paulino
CPF: 369.702.268-75



Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra
ESTADO DE SÃO PAULO

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROC. ADM. Nº 2525/2020

ANEXO RP- 09 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO -
TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO(A): PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA: PASTORAL DO MENOR

TERMO DE COLABORAÇÃO: Nº 007/2021.

OBJETO: A OSC prestará serviços **SOCIOASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS DE 06 (SEIS) À 15 (QUINZE) ANOS** .

VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO : R\$ 71.652,88

EXERCÍCIO (1): 2021

ADVOGADO(S)/ Nº OAB/ E - MAIL: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido e seus aditamentos / o processo de prestação de contas, estará(ão) sujeito(s) a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais do(s) responsável(is) pelo Órgão Concessor e Entidade Beneficiária, estão cadastrados no modo Eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos Termos previstos no artigo 2º das instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização cadastral" anexa(s);

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

SÃO JOAQUIM DA BARRA, 09 DE MARÇO DE 2021.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: Wagner José Schmidt

Cargo: Prefeito de São Joaquim da Barra

CPF: 000.626.588-08

Praça Prof. Ivo Vannuchi, S/N – Bela Vista - São Joaquim da Barra – SP – CEP 14600-000
Fone: (0**16) 3810-9000 – Fax: (0**16) 3810-9040



Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra
ESTADO DE SÃO PAULO

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROC. ADM. Nº 2525/2020

AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:

Nome: Sebastião do Nascimento Filho

Cargo: Presidente

CPF: 980.035.188-49

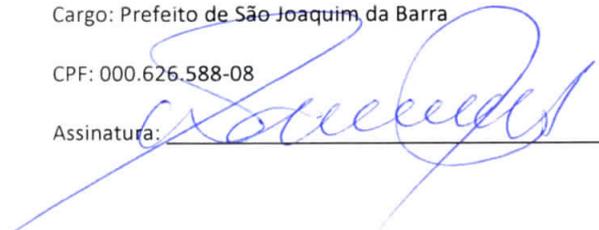
Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo:

PELO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: Wagner José Schmidt

Cargo: Prefeito de São Joaquim da Barra

CPF: 000.626.588-08

Assinatura: 

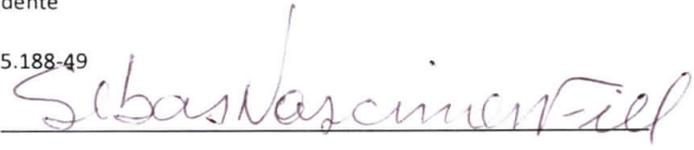
Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou prestação de contas:

PELA ENTIDADE PARCEIRA:

Nome: Sebastião do Nascimento Filho

Cargo: Presidente

CPF: 980.035.188-49

Assinatura: 

(1) Valor repassado e exercício, quando se tratar de processo de prestação de contas.

(2) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra
ESTADO DE SÃO PAULO

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROC. ADM. Nº 2525/2020

CARTILHA EXPLICATIVA

DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

As parcelas dos recursos serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I – quando não apresentado prestação de contas e relatório técnico mensal;

II – quando houver fundados indícios de não ter ocorrido boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive quando aferidos em procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pelo órgão repassador dos recursos e pelos órgãos de controle interno e externo da Administração Pública;

III – quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento da OSC com relação a outras cláusulas básicas;

IV – quando a OSC deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

DA MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados e geridos em conta bancária específica, em instituição financeira pública indicada pela Administração Pública, e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em fundo de aplicação financeira de curto prazo.

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável pela administração.

Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

DAS DESPESAS

Poderão ser pagos com recursos vinculados a presente parceria, desde que previstos no Plano de Trabalho, as despesas com:

I - custos indiretos necessários à execução e vinculado ao objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria.

II – remuneração da equipe de RH, inclusive de pessoal próprio da proponente, durante a vigência da



Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra
ESTADO DE SÃO PAULO

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROC. ADM. Nº 2525/2020

parceria, podendo contemplar as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, FGTS, férias, décimo-terceiro salário, salários proporcionais, verbas transitórias e demais encargos sociais, desde que tais valores:

- 13 correspondam às atividades previstas no Plano de Trabalho e à qualidade técnica necessária para a execução da função a ser desempenhada;
- 14 sejam compatíveis com o valor de mercado da região metropolitana de Campinas e não superior ao teto do Poder Executivo;
- 15 sejam proporcionais ao tempo de trabalho efetiva e exclusivamente dedicado à parceria celebrada.

III – diárias referentes a deslocamentos, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

IV – a aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto, desde que o plano de trabalho e a dotação orçamentária do Termo de Colaboração contemplem despesas de capital, e necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

A OSC deverá dar ampla transparência aos valores pagos a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do termo de colaboração.

Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas deverá ser feita mensalmente, a partir do momento da liberação da primeira parcela dos recursos financeiros, e 01 (uma) anual, até 90 (noventa) ou no prazo estabelecido pelo TCE-SP dias após a conclusão das metas do objeto, observando-se as regras previstas na Instrução 002/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ou outros instrumentos que vierem substituí-las, além dos prazos e normas de elaboração constantes no Termo de Colaboração.

As prestações de contas deverão conter elementos que permitam ao gestor concluir se o objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados.

Serão glosados os valores que não atenderem ao disposto na Dispensa de Chamamento.

Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

Por ocasião da análise da prestação de contas levar-se-á em consideração a verdade real e os resultados alcançados.

As prestações de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-á, sempre que possível, em plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado, com os seguintes relatórios:

I – Relatório de Execução do Objeto, elaborado pela OSC, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma previsto no plano de trabalho, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações, tais como listas de presença, fotos e vídeos, se for o caso;



Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra
ESTADO DE SÃO PAULO

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROC. ADM. Nº 2525/2020

II – Relatório de Execução Financeira, nos moldes das Instruções e Resoluções do TCE-SP, assinado pelo seu representante legal, contador responsável e Conselho Fiscal da OSC, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas.

III – Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, sobre a conformidade do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Colaboração.

IV – O parecer técnico do gestor, na forma do art. 67 da lei 13.019/2014;

V – O parecer conclusivo, na forma do art. 72 da lei 13.019/2014;

Também comporá o processo de execução e prestação de contas:

I – Relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria, podendo a administração valer-se do apoio técnico da Comissão Técnica da SMAS equipe designada para a supervisão e acompanhamento do contrato de colaboração.

II – Relatório das supervisões mensais realizadas pela Comissão Técnica da SMAS.

O gestor da parceria ficará responsável pela emissão do parecer conclusivo das contas anuais, nos moldes do art. 72 da Lei Federal nº 13.019/2014, e das Instruções e Resoluções em vigor do TCE-SP, devendo dispor sobre:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Deverá ainda constar no parecer técnico do gestor:

- a) Os resultados (já) alcançados e seus benefícios;
- b) Os impactos econômicos ou sociais;
- c) O grau de satisfação do público-alvo;
- d) A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a osc deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.



Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra
ESTADO DE SÃO PAULO

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROC. ADM. Nº 2525/2020

Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, será aberto procedimento de apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos moldes das Instruções e Resoluções do TCE-SP.

A Administração Pública apreciará as contas anuais apresentadas pelas OSCs até o dia **30 de abril do exercício subsequente aos repasses**, na forma do art. 71 da lei 13.019/2014.

Na hipótese de descumprimento do prazo para apresentação das contas, a unidade responsável pela apreciação da prestação final de contas reportará os motivos ao Chefe do Poder Executivo e ao órgão de Controle Interno da Administração.

O transcurso do prazo sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da OSC ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo de entrega da prestação de contas e a data em que foi ultimada a apreciação pela Administração Pública.

Pastoral do Menor da Paróquia São Joaquim

CNPJ: 51.792.505/0001-77

Declara de Utilidade Pública Federal – Port. 2.161 de 05/12/2006

Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei 10.702 de 19/12/2000

Declarada de Utilidade Pública Municipal – Lei 978/70 de 1970

Rua Santa Catarina, 466-Baixada-São Joaquim da Barra/SP CEP: 14600-000 Fone: 16-3728-5532



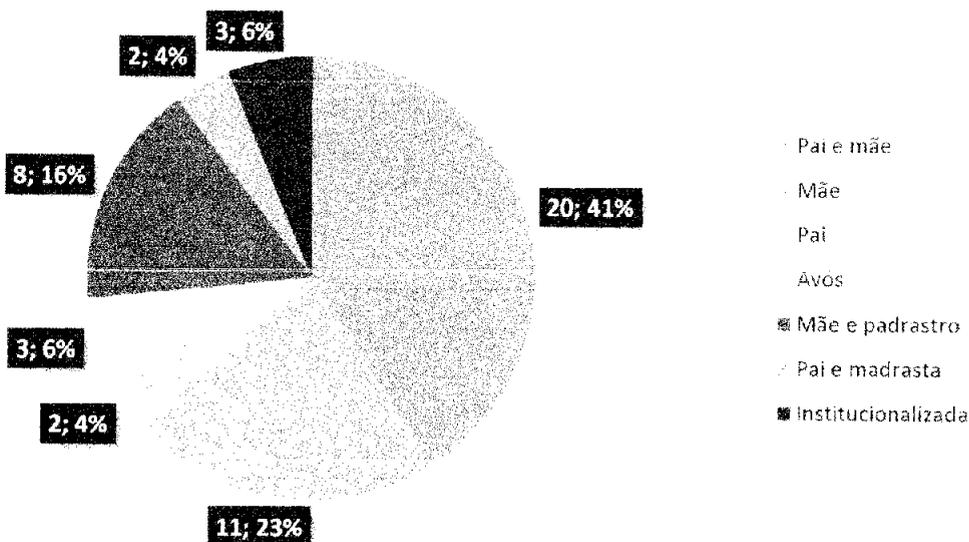
PLANO DE TRABALHO 2021

1. DADOS CADASTRAIS DO PROPONENTE				
PropONENTE: Pastoral do Menor da Paróquia São Joaquim			CNPJ: 51.792.505/0001-77	
Inscrição Municipal: Lei de Utilidade Pública Municipal nº 978/7				
Endereço: Rua Santa Catarina 466 – Baixada				
Cidade:	UF:	CEP:	DDD/Telefone:	E-mail:
São Joaquim da Barra	SP	14.600.000	(016) 3728-5532	pastoraldomenor.social@outlook.com
Nome do representante legal do proponente: Sebastião do Nascimento Filho				
CPF:	RG:	Cargo:	Telefone:	
980.035.188-49	7.434.709 -3	Presidente	(016) – 3728-5352	
Endereço residencial do representante legal: Rua Vitória Mingoni, nº 92, Vila Martus, São Joaquim da Barra.				
Período de Mandato da Diretoria: 09/04/2020 a 08/04/2022				
2 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO				
2.1 - Título do Projeto			2.2 - Prazo de Execução	
ConVivência em Ação			01/2021 a 12/2021	
2.3- Do Objeto: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na Pastoral do Menor				
2.4 – Descrição da realidade				
<p>A instituição, seguindo o que preconiza o Caderno de Orientações Técnicas do Serviço de Convivência, onde faz a menção que é fundamental conhecermos a realidade, por meio do diagnóstico local, utilizou-se de entrevista a cada família que tem suas crianças e adolescentes na instituição, para coletarmos informações e adentrarmos na realidade vivenciada pelos mesmos, sendo compilados os seguintes dados que serão explanados por meio de gráficos.</p> <p>As entrevistas foram realizadas com os pais ou responsáveis, pelas técnicas de referência. Sra. Neuza e Sra. Valéria e pela coordenadora Sra. Rita. Como o período de pandemia exige o isolamento social, as mesmas foram realizadas através de contato telefônico.</p> <p>Em meio a atual situação mundial, que culminou no isolamento social, frente ao COVID-19, as famílias atendidas pela Pastoral vêm sofrendo as sequelas engendradas, com a diminuição do número de atendimentos. Atualmente contamos com 49 crianças /adolescentes, perfazendo um total de 39 famílias, dentre estas, 31 famílias compostas por 01 criança, 03 famílias com gêmeos, 03 famílias com grupos de irmãos, 01 família com trigêmeas e 03 crianças acolhidas institucionalmente.</p>				



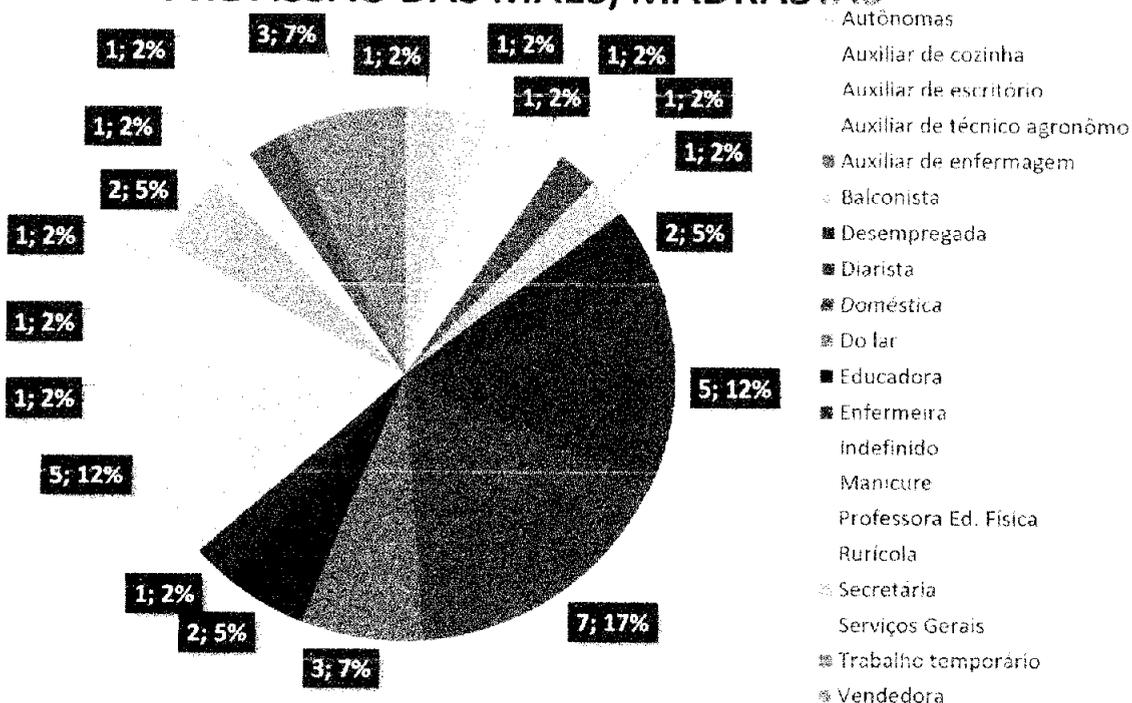
Quanto aos arranjos familiares das 49 crianças, 41% delas residem com a família de origem, contudo 23% das crianças residem em família monoparental, onde a genitora é a responsável e mantenedora da prole.

ARRANJOS FAMILIAR



Evidenciamos que das mais variadas profissões, há um número expressivo destas mulheres que exercem a função de domésticas, sendo um percentual de 17% e 12% delas são diaristas.

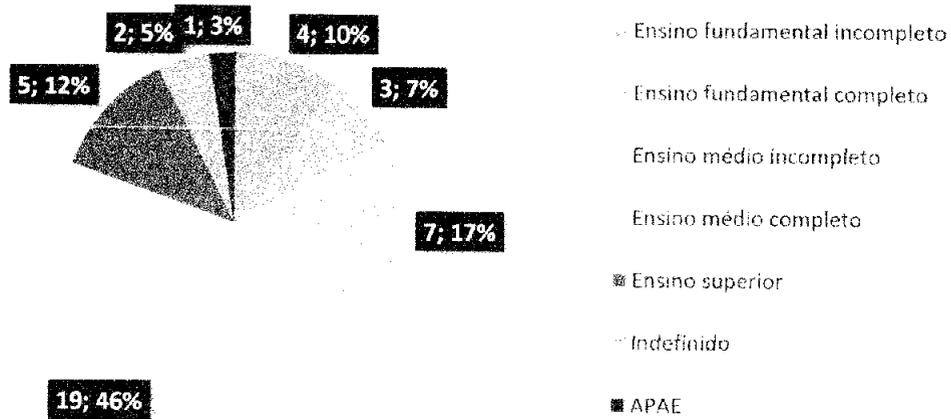
PROFISSÃO DAS MÃES/MADRASTAS





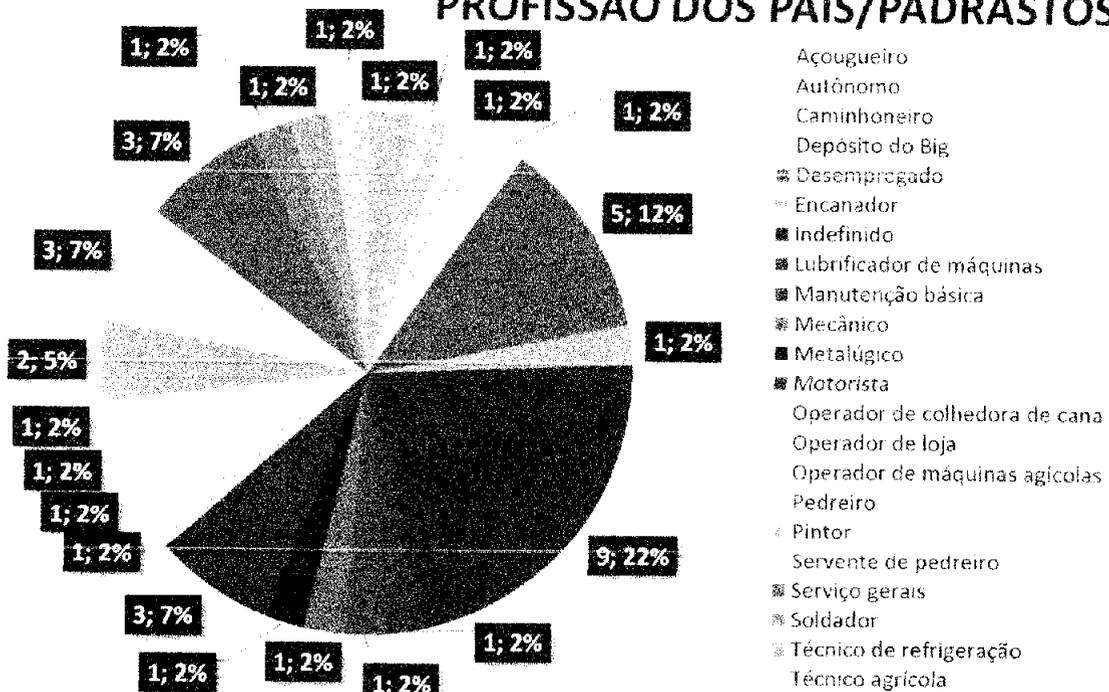
Ainda tratando-se do gênero feminino, quanto à escolaridade destas mães/madrastas, 46% completaram o ensino médio e 12% conseguiram atingir nível superior.

ESCOLARIDADE DAS MÃES/MADRASTAS



No que tange à profissionalização dos pais e padrastos, encontramos uma vasta gama de profissões, um número contudente de indefinição neste quesito sendo 22% e 12% desempregados, respectivamente 7% é motoristas, sergente de pedreiro e serviços gerais.

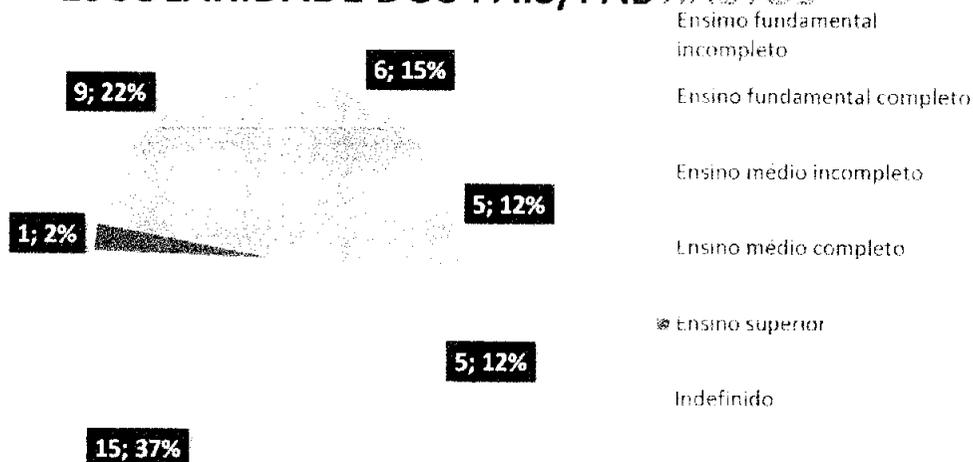
PROFISSÃO DOS PAIS/PADRASTOS





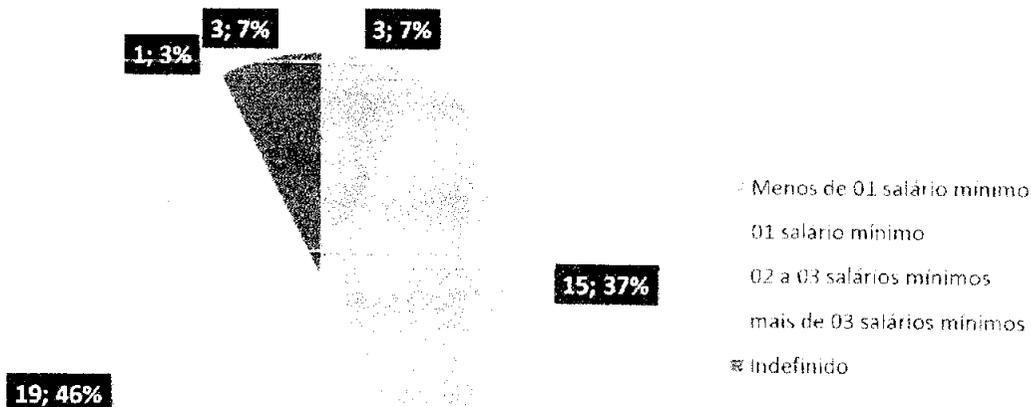
As estatísticas para a escolaridade apontam que 37% dos pais/padrastos possuem nível médio completo, 22% estão indefinidos e em contrapartida somente 2% tem nível superior, conforme gráfico abaixo.

ESCOLARIDADE DOS PAIS/PADRASTOS



No concerne à renda familiar, 46% das famílias recebem entre 02 a 03 salários mínimos e 37% sobrevivem com 01 salário mínimo, passando um percentual total de 83%.

RENDA FAMILIAR

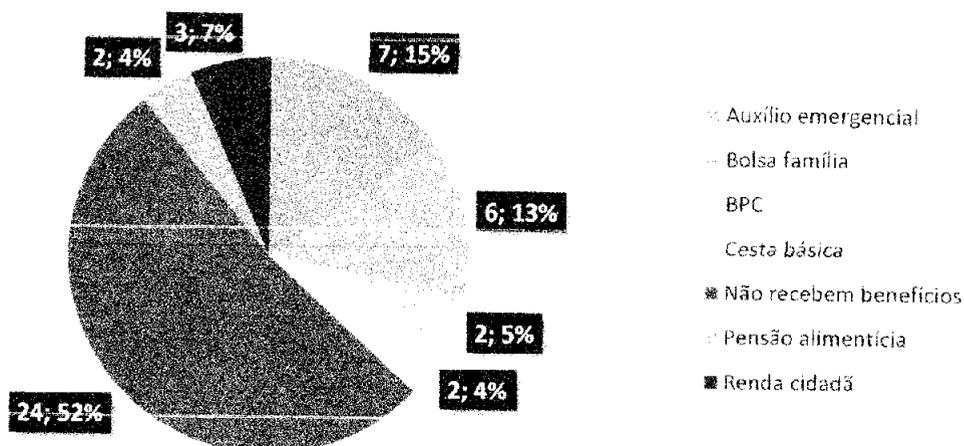




O município de São Joaquim da Barra conta uma estimativa de incidência de pobreza de 23,22%, onde aproximadamente 500 famílias são beneficiárias (em pagamento) do Programa Bolsa Família, 90 pessoas do programa Renda Cidadã e 52 jovens do Programa de transferência de renda Ação Jovem. Há uma média de 500 famílias referenciadas no Centro de Referência de Assistência Social e 7.556 famílias cadastradas no Sistema de Assistência Social do Setor de Bem Estar Social.

Especificamente às famílias cujos filhos são atendidos pelo Serviço de Convivência da Pastoral, há um número considerável que recebem algum tipo de benefício eventual, apresentando um montante de 44%, conforme apontam os gráficos, sejam eles o auxílio emergencial, bolsa família, BPC, renda cidadã. Há 4% das famílias recebem algum tipo de pensão, 13% recebem cestas básicas e outros 52% não lhes são concedidos nenhum dos benefícios.

BENEFÍCIOS EVENTUAIS QUE FAMÍLIAS ESTÃO INSERIDAS



Pastoral do Menor da Paróquia São Joaquim

CNPJ: 51.792.505/0001-77

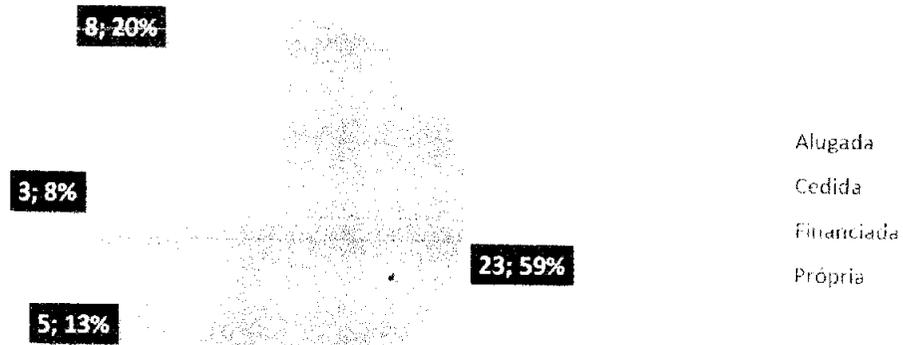
Declara de Utilidade Pública Federal – Port. 2.161 de 05/12/2006
 Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei 10.702 de 19/12/2000
 Declarada de Utilidade Pública Municipal – Lei 978/70 de 1970

Rua Santa Catarina, 466-Baixada-São Joaquim da Barra/SP CEP: 14600-000 Fone: 16-3728-5532



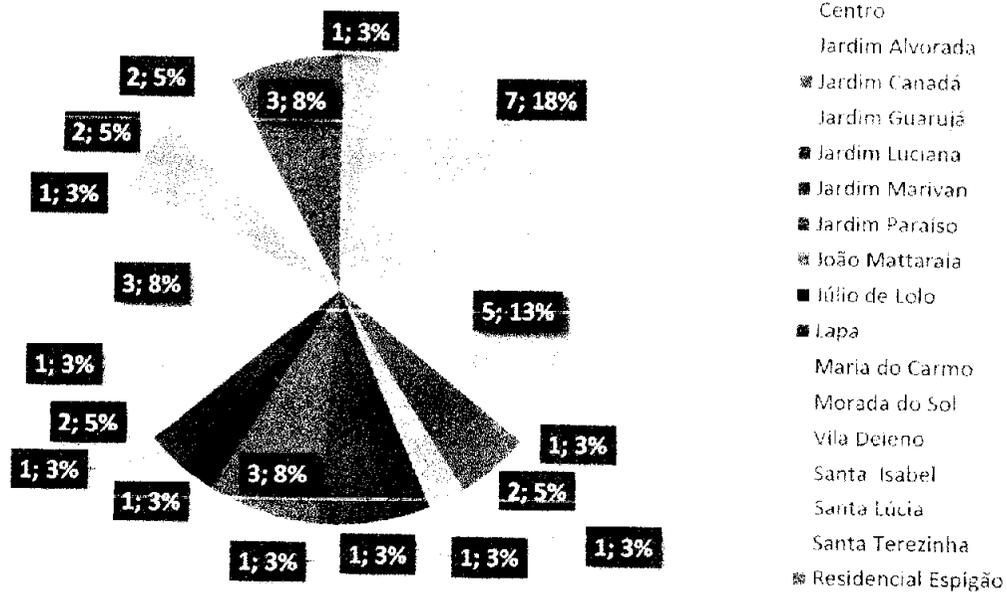
Aprofundando um pouco mais sobre as famílias, quanto à moradia, 59% residem em casas de aluguel e somente 20% das famílias tem casa própria.

SITUAÇÃO DE MORADIA



Embora os bairros cujas famílias residam são os mais pulverizados possíveis, conforme levantamento de dados há uma concentração de 18% no bairro da Baixada e 13% no Centro.

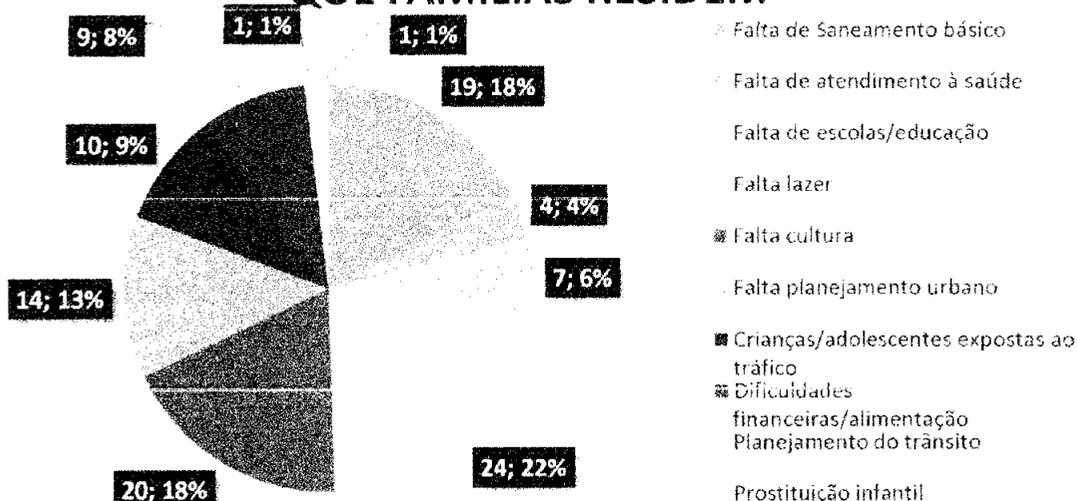
BAIRROS QUE FAMÍLIAS RESIDEM





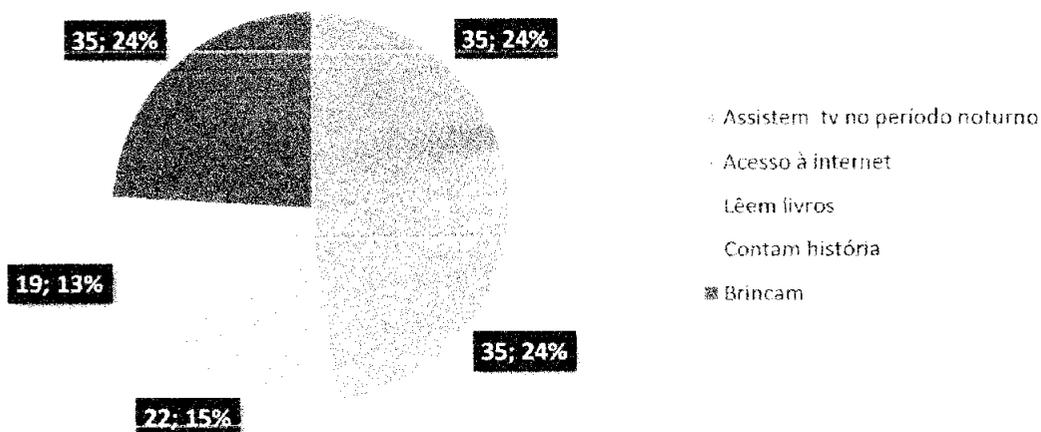
As maiores vulnerabilidades e riscos vivenciados nos bairros, apontadas pelas famílias são: falta de cultura, lazer e saneamento básico, sendo especificamente citado a falta de água. Outras duas vulnerabilidades apontadas que não podemos deixar de ressaltar, são o tráfico de drogas e a prostituição infantil.

VULNERABILIDADES E RISCO NOS BAIRROS QUE FAMÍLIAS RESIDEM



E adentrando um pouco na realidade das crianças, pesquisamos quanto aos hábitos familiares, sendo coincidentemente um percentual igual entre assistirem televisão e acessarem internet com seus filhos, ficando visível o que a maioria apontou que há falta ao acesso de cultura e lazer.

HÁBITOS FAMILIAR JUNTO ÀS CRIANÇAS/ADOLESCENTES



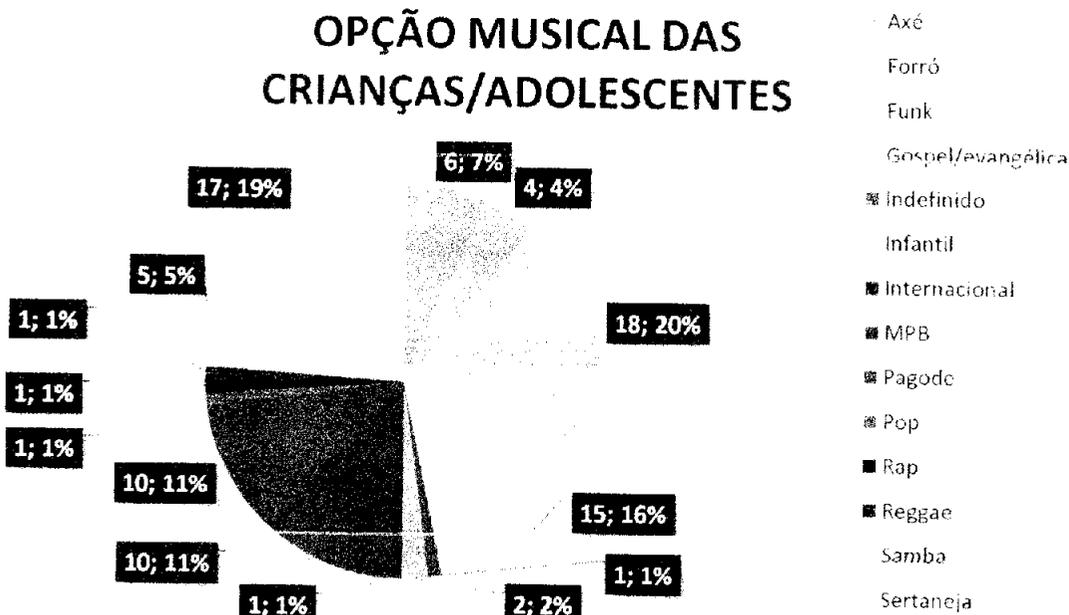
*As alternativas deste item, foram realizadas com múltiplas escolhas

*Brincadeiras elencadas: bicicleta, boneca, bola, pega-pega, videogame, jogos, desenhos, pintura, cartaz, dominó, luco, pique-esconde, peteca, lego, passeio na rua, piscina, dança, amarelinha, casinha, brilha, jogo eletrônico (free-fire), reia-congele, ginca, massinha, escolinha, salão de beleza e soltar pipa



Referindo aos gostos musicais das crianças/adolescentes, observa-se que são bem ecléticos, havendo predominância do funk e sertanejo.

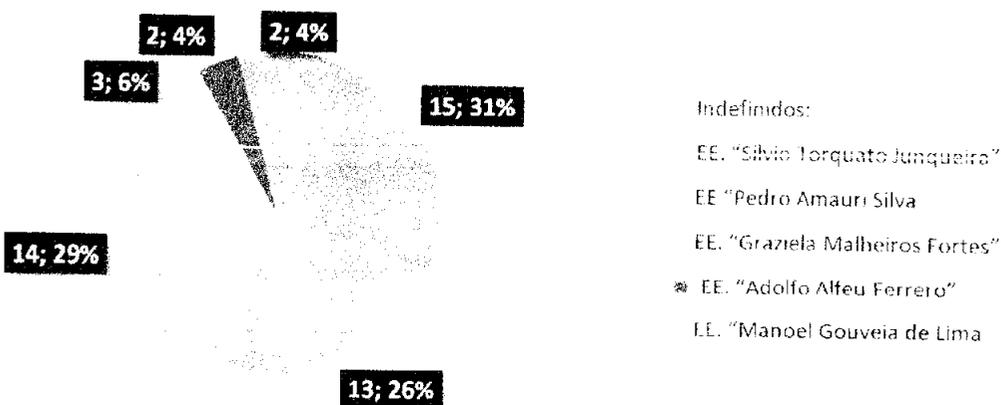
OPÇÃO MUSICAL DAS CRIANÇAS/ADOLESCENTES



*As alternativas indefinidas foram realizadas com múltiplas escolhas

Frente à situação de incerteza, trazida pelo atual cenário de pandemia em virtude do COVID-19, há resquícios desta nos pais quanto à escolaridade de seus filhos, mas mencionaram as possíveis escolas que seus filhos estarão vinculados em 2021.

Escolas que crianças frequentarão em 2021



Pastoral do Menor da Paróquia São Joaquim

CNPJ: 51.792.505/0001-77

Declara de Utilidade Pública Federal – Port. 2.161 de 05/12/2006

Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei 10.702 de 19/12/2000

Declarada de Utilidade Pública Municipal – Lei 978/70 de 1970

Rua Santa Catarina, 466-Baixada-São Joaquim da Barra/SP CEP: 14600-000 Fone: 16-3728-5532



5. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Pastoral do Menor atende ao município de São Joaquim da Barra, sendo organizado a partir dos territórios de abrangência do CRAS.

6. METAS E INDICADORES

Oferecer atendimento as 60 crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, pautados no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, durante o contra turno escolar, no período de 01/2021 a 12/2021.

7. METODOLOGIA/ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Os serviços oferecidos na Pastoral do Menor são de Proteção Social Básica, com ações baseadas nas orientações técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos/2010. Para o desenvolvimento dos serviços socioassistenciais a entidade mantém-se atenta a toda legislação que envolve as políticas assistenciais de atendimento, estabelecendo parcerias com o poder público e sociedade civil, garantindo a eficiência e eficácia dos serviços prestados.

A Pastoral do Menor fundamentada nas políticas de direitos da criança e do adolescente vem propor a construção de espaço de convivência favorável, a socialização da população infanto-juvenil.

As atividades e ações desenvolvidas buscam oferecer atendimento e acompanhamento, pautado na reinserção social, na promoção da defesa de direitos e orientação de deveres, pautados no resgate da autonomia, em uma perspectiva na qual haja formação de valores pessoais e sociais, ofertando também atendimento social e psicológico aos usuários e seus familiares. Assim as ações a serem desenvolvidas serão:

7.1 - Atividades socioeducativas

1º SEMESTRE:

As instabilidades que são imensas, diante do contexto de pandemia frente ao COVID-19, onde aguardamos orientações seja para o trabalho online, seja para o trabalho presencial, definimos abordarmos no 1º semestre atividades passíveis de serem trabalhadas tanto remotamente com o grupo de Whatsapp Pastoral na Quarentena, quanto presencialmente.

-Preparação do ambiente para recepcionar as crianças: enfeitar a Pastoral de forma que seja acolhedor e socializador; adaptar o espaço físico da entidade às recomendações sanitárias e adotar procedimentos de higiene pessoal, limpeza sistemática do ambiente e de segurança no trabalho;

-Acolhida: na primeira semana recepcionaremos as crianças/adolescentes de forma que sintam bem recebidos e prover construção de vínculos;

-Realizar o Pacto de Convivência com os grupos de crianças/adolescentes;

-Projeto Higiene Pessoal: trabalhar a higiene corporal e a higiene bucal; divulgar e incentivar a vacinação (HPV, entre outras) como meio de cuidar do bem estar físico;

-Oficina de artes plásticas: desenho livre, pintura, colagem, modelagem com massinha, dobradura, releitura de obras de artes, confecção de acessórios decorativos utilizados nas datas comemorativas, visita em Brodóski (Museu Portinari), etc;

-Datas Comemorativas abordadas de forma a despertar os interesses ideológicos e a leitura crítica da realidade social da criança e adolescente, sendo: carnaval, Páscoa, dia das mães, 18 de maio (Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes) e Festa junina;

-Linguagem oral e escrita: Roda de conversa, Contação de história, leitura diária de diferentes gêneros textuais, produção de textos dos temas abordados;

-Oficina de Teatro, música e dança: realizadas durante apresentações de eventos de confraternização para com a família ou em datas comemorativas; cantigas de roda;

-Atividades Recreativas: brincadeiras livres ou direcionadas, jogos coletivos na quadra, jogos de tabuleiro, entre

Pastoral do Menor da Paróquia São Joaquim

CNPJ: 51.792.505/0001-77

Declara de Utilidade Pública Federal – Port. 2.161 de 05/12/2006

Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei 10.702 de 19/12/2000

Declarada de Utilidade Pública Municipal – Lei 978/70 de 1970

Rua Santa Catarina, 466-Baixada-São Joaquim da Barra/SP CEP: 14600-000 Fone: 16-3728-5532



outros:

-Oficina de Jardinagem: com o objetivo de promover um ambiente agradável na Pastoral, sendo que foi realizado melhorias na área externa; o cuidado com a natureza, a importância das crianças/adolescentes aprenderem a cuidar e valorizar o ambiente que frequentam, sendo um ambiente prazeroso e aconchegante:

2º SEMESTRE:

-Datas Comemorativas abordadas de forma a despertar os interesses ideológicos e a leitura crítica da realidade social da criança e adolescente, sendo: Dia dos pais, consciência negra, Dia da família, folclore, dia da árvore, Festa da Primavera (promover desfile), dia das crianças e Festa de Natal;

-Projeto Plantar: com o intuito de despertar nas crianças/adolescentes a importância do cuidar do meio ambiente que residem; criar a iniciativa do plantio de árvores frutíferas nos bairros onde as crianças estão inseridas; promover a iniciativa verde, visita ao Parque Ecológico Roberto Rezende Junqueira;

-Projeto Meu Bairro tem História: iniciaremos o projeto resgatando a história da Pastoral do Menor, da sua fundação até os dias atuais; os entornos da entidade e posteriormente o bairro. O mesmo tem como objetivo promover nas crianças: sentimento de pertencimento; compreender o conceito de bairro; conhecer a estrutura, organização do bairro da Baixada; identificar e descrever características do bairro; desenvolver interação com a comunidade local, colaboração e trocas de experiências; promover entrevista com moradores do bairro; inscrever os pais na construção do mural de fotos e história do bairro, culminado com um evento comunitário para socializarem o Projeto. Este será destinado ao Bairro da Baixada, haja vista que a Pastoral do Menor é uma parcela considerável dos usuários deste serviço, são residentes e domiciliados no mesmo;

-Projeto Biblioteca amiga: com o objetivo de despertar o gosto pela leitura, trabalhar a expressão oral; promover contação de história; visita à Biblioteca Municipal, etc;

-Projeto Descobrimos Novos Talentos: promover atividades artesanais; realizar o Bazar da amizade, onde venderemos as doações recebidas e os trabalhos manuais confeccionados pelas crianças/adolescentes, com objetivo de angariar recurso financeiro para promovermos a Festa do Natal ou quaisquer outros eventos;

-Atividades Recreativas: história interativa, desafio do corpo, baú da imaginação, danças com fitas, jogos coletivos na quadra, jogos de tabuleiro, circuito de equilíbrio, criação da amarelinha, gincana com os pais, piquenique;

-Atividades intergeracionais: visita aos Asilos;

7.2- Trabalho Social

Conforme define a tipificação nacional, o trabalho social do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos será oferecido por meio: Acolhida; orientação e encaminhamentos; grupos de convivência e fortalecimento de vínculos; informação, comunicação e defesa de direitos; fortalecimento da função protetiva da família; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; informação; banco de dados de usuários e organizações; elaboração de relatórios e/ou prontuários; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania.

Seguindo orientações da NOB-RH/SUAS, a equipe de referência da Pastoral do Menor, será composta por uma coordenadora, uma assistente social e uma psicóloga, que realizarão o planejamento, execução, registro, monitoramento e a avaliação do serviço que será oferecido conforme exposto abaixo.

Ao final de cada ano, serão abertas as rematrículas, bem como novas inscrições. Neste período, caso haja vaga aberta, será disponibilizadas vagas de encaminhamentos da rede pública socioassistencial e acionado o Centro de Referência de Assistência Social, caso essas não sejam preenchidas, serão amplamente divulgadas nos meios de comunicação local.

Para a realização da inscrição, as crianças e adolescentes deverão se enquadrar nos quesitos:

- Ter idade entre 06 e 15 anos;
- Estar matriculado na rede de ensino regular;
- Com prioridade às famílias beneficiárias de Programas de renda, incluídas no Cadastro Único.

A Assistente Social realizará a triagem social logo após o encaminhamento do CRAS Municipal, pautada fundamentalmente em critérios socioeconômicos, considerando-se também a situação de vulnerabilidade social, bem como requisitos impostos pela entidade.

Pastoral do Menor da Paróquia São Joaquim

CNPJ: 51.792.505/0001-77

Declara de Utilidade Pública Federal – Port. 2.161 de 05/12/2006

Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei 10.702 de 19/12/2000

Declarada de Utilidade Pública Municipal – Lei 978/70 de 1970

Rua Santa Catarina, 466-Baixada-São Joaquim da Barra/SP CEP: 14600-000 Fone: 16-3728-5532



Procederá à abertura de prontuário, contendo seus dados de identificação da criança/adolescente, cópia de documentos do responsável do inscrito, e demais dados pertinentes.

Uma vez aberto o prontuário, os responsáveis assinarão toda documentação necessária. Vale informar que com o termo de responsabilidade assinado, estará estabelecido o compromisso da Pastoral e da família.

É importante ressaltar que, nesta fase são esclarecidos e estabelecidos todos os critérios fundamentais para a organização e o bom relacionamento entre as partes interessadas, incluindo as normas e regras de funcionamento da entidade, bem como os direitos e deveres da família e da criança/adolescente. Estando todos de comum acordo a criança/adolescente passará a frequentar as atividades e ações que serão desenvolvidas de segundas a sextas-feiras, em horário contrário ao escolar.

Além da triagem social realizada a princípio, o Serviço Social da Pastoral do Menor realiza o estudo social para conhecer a realidade de mundo, prevenir a ocorrência de riscos sociais, bem como estreitar e fortalecer o vínculo entre família/instituição, além de promover melhor convivência entre família-criança/adolescente e inferir diretamente nas questões sociais.

A equipe técnica de referência tem como papel, realizar a mediação entre entidade, crianças e responsáveis, promovendo interação e parcerias com órgãos públicos, incentivando a participação para maior viabilidade do uso das políticas públicas existentes, além de:

- Acolhida da família;
- Acompanhar a metodologia da entidade;
- Ampliar as oportunidades de acesso das famílias e indivíduos à rede protetiva;
- Atendimento, acolhimento emocional e estudo social;
- Escuta qualificada dos usuários;
- atendimentos psicossociais das crianças/adolescentes e suas famílias;
- Grupos de convívio e fortalecimento de vínculos com as crianças/adolescentes;
- Desenvolver trabalho em grupo com as famílias, onde foram levantadas as seguintes temáticas a serem abordadas: *Desenvolvimento e comportamento da criança/adolescente; Educação não violenta; Drogas; Sexualidade; Assuntos que contenham dinâmicas; Educação/regras; Responsabilidade afetiva e Diversidade de gêneros.* O intuito do trabalho em grupo com as famílias é fortalecer vínculos sociais e comunitários, novos arranjos e composição familiar, formulação de estratégias pra enfrentar as questões sociais;
- Garantir qualidade dos serviços prestados;
- Participação de Conferências, reuniões de rede socioassistencial, capacitações;
- Realização de estudos de caso com a equipe, no intuito de se aprofundar nos processos e na história de vida dos usuários, acompanhando-os para melhor solução;
- Realização/participação de reuniões da equipe;
- Realização do Plano de trabalho anual da entidade;
- Reuniões, orientações e encaminhamentos aos diversos serviços socioassistenciais da rede municipal e acompanhamento destes;
- Reuniões socioeducativas mensais com os responsáveis;
- Triagem Social e análise socioeconômica-cultural;
- Visitas sociais domiciliares as crianças/adolescentes e suas famílias que necessitam de acompanhamento;
- Articulação com a rede de atendimento assistencial;
- Elaboração de projetos sociais e instrumentais;
- Elaboração de relatórios e/ou prontuários.

Pastoral do Menor da Paróquia São Joaquim



CNPJ: 51.792.505/0001-77

Declara de Utilidade Pública Federal – Port. 2.161 de 05/12/2006

Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei 10.702 de 19/12/2000

Declarada de Utilidade Pública Municipal – Lei 978/70 de 1970

Rua Santa Catarina, 466-Baixada-São Joaquim da Barra/SP CEP: 14600-000 Fone: 16-3728-5532

8. ATIVIDADES E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

As atividades serão executadas conforme cronograma abaixo:

8.1-Atividades socioeducativas

1º SEMESTRE: Cada um dos grupos permanecerá em ambientes físicos diferentes.

TURMA DA ORIENTADORA: ELISÂNGELA

MANIÃ					
Horário	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
7:00	Entrada das Orientadoras				
7:10 – 7:30	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes
7:10 – 7:30	Acolhida das crianças/ adolescentes no salão				
7:30 – 8:00	Cafê da manhã no refeitório				
8:00 – 8:45	GRUPO Psicóloga Valéria	Projeto Higiene Pessoal	Oficina de Jardinagem	Oficina de Teatro e dança	Oficina de artes plásticas
8:45 – 9:45	Atividades Recreativas	Linguagem oral e escrita	Atividades relacionadas às Datas Comemorativas do mês	Linguagem oral e escrita	Atividades Recreativas
9:45 – 10:15	Oficina de música				
10:15 – 10:50	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala
10:50 – 11:00	Saída das crianças/ adolescentes				
11:00 – 12:00	Almoço da orientadora				

Pastoral do Menor da Paróquia São Joaquim

CNPJ: 51.792.505/0001-77

Declara de Utilidade Pública Federal – Port. 2.161 de 05/12/2006
 Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei 10.702 de 19/12/2000
 Declarada de Utilidade Pública Municipal – Lei 978/70 de 1970

Rua Santa Catarina, 466-Baixada-São Joaquim da Barra/SP CEP: 14600-000 Fone: 16-3728-5532



TURMA DA ORIENTADORA: GABRIELA

MANHÃ					
Horários	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
7:00h	Entrada das Orientadoras				
7:10 7:30	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes
7:10 7:30	Acolhida das crianças/adolescentes no salão				
7:30 8:00	Cafê da manhã no refeitório				
8:00 8:45	Atividades Recreativas	Projeto Higiene Pessoal	Oficina de Teatro e dança	Oficina de Jardinagem	Oficina de artes plásticas
8:45 9:45	GRUPO Psicóloga Valéria	Linguagem oral e escrita	Atividades relacionadas às Datas Comemorativas do mês	Linguagem oral e escrita	Atividades Recreativas
9:45 10:15	Oficina de música				
10:15 10:50	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala
10:50 11:00	Saída das crianças/adolescentes				
11:00 12:00	Almoço da orientadora				

Pastoral do Menor da Paróquia São Joaquim

CNPJ: 51.792.505/0001-77

Declara de Utilidade Pública Federal – Port. 2.161 de 05/12/2006

Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei 10.702 de 19/12/2000

Declarada de Utilidade Pública Municipal – Lei 978/70 de 1970

Rua Santa Catarina, 466-Baixada-São Joaquim da Barra/SP CEP: 14600-000 Fone: 16-3728-5532



TURMA DA ORIENTADORA: ELISÂNGELA

TARDE					
Horários	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
12:10 12:30	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes
12:10 13:00	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala
13:00 13:45	GRUPO Psicóloga Valéria	Projeto Higiene Pessoal	Oficina de Jardinagem	Oficina de Teatro e dança	Oficina de artes plásticas
13:45 14:45	Atividades Recreativas	Linguagem oral e escrita	Atividades relacionadas às Datas Comemorativas do mês	Linguagem oral e escrita	Atividades Recreativas
14:45 15:15	Oficina de música				
15:15 15:50	Cafê da tarde no refeitório				
15:50 16:00	Saída das crianças/ adolescentes				

Pastoral do Menor da Paróquia São Joaquim

CNPJ: 51.792.505/0001-77

Declara de Utilidade Pública Federal – Port. 2.161 de 05/12/2006

Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei 10.702 de 19/12/2000

Declarada de Utilidade Pública Municipal – Lei 978/70 de 1970

Rua Santa Catarina, 466-Baixada-São Joaquim da Barra/SP CEP: 14600-000 Fone: 16-3728-5532



TURMA DA ORIENTADORA: GABRIELA

TARDE					
Horários	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
12:10 – 12:30	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes
12:10 – 13:00	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala
13:00 – 13:45	Atividades Recreativas	Projeto Higiene Pessoal	Oficina de Teatro e dança	Oficina de Jardinagem	Oficina de artes plásticas
13:45 – 14:45	GRUPO Psicóloga Valéria	Linguagem oral e escrita	Atividades relacionadas às Datas Comemorativas do mês	Linguagem oral e escrita	Atividades Recreativas
14:45 – 15:15	Oficina de música				
15:15 – 15:50	Café da tarde no refeitório				
15:50 – 16:00	Saída das crianças/ adolescentes				

Pastoral do Menor da Paróquia São Joaquim

CNPJ: 51.792.505/0001-77

Declara de Utilidade Pública Federal – Port. 2.181 de 05/12/2006

Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei 10.702 de 19/12/2000

Declarada de Utilidade Pública Municipal – Lei 978/70 de 1970

Rua Santa Catarina, 466-Baixada-São Joaquim da Barra/SP CEP: 14600-000 Fone: 16-3728-5532



2º SEMESTRE: Cada um dos grupos permanecerá em ambientes físicos diferentes.

TURMA DA ORIENTADORA: ELISÂNGELA

MANHÃ					
Horários	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
7:00h	Entrada das Orientadoras				
7:10 7:30	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes
7:10 7:30	Acolhida das crianças/adolescentes no salão				
7:30 8:00	Café da manhã no refeitório				
8:00 8:45	GRUPO Psicóloga Valéria	Projeto Meu Bairro tem História	Projeto Plantar	Projeto Biblioteca amiga	Projeto Descobrimos Novos Talentos
8:45 9:45	Atividades Recreativas	Linguagem oral e escrita	Atividades relacionadas às Datas Comemorativas do mês	Linguagem oral e escrita	Atividades Recreativas
9:45 10:15	Oficina de música				
10:15 10:50	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala
10:50 11:00	Saída das crianças/adolescentes				
11:00 12:00	Almoço da orientadora				

Pastoral do Menor da Paróquia São Joaquim

CNPJ: 51.792.505/0001-77

Declara de Utilidade Pública Federal – Port. 2.161 de 05/12/2006

Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei 10.702 de 19/12/2000

Declarada de Utilidade Pública Municipal – Lei 978/70 de 1970

Rua Santa Catarina, 466-Baixada-São Joaquim da Barra/SP CEP: 14600-000 Fone: 16-3728-5532



TURMA DA ORIENTADORA: GABRIELA

MANHÃ					
Horários	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
7:00h	Entrada das Orientadoras				
7:10 7:30	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes
7:10 7:30	Acolhida das crianças/adolescentes no salão				
7:30 8:00	Café da manhã no refeitório				
8:00 8:45	Atividades Recreativas	Projeto Meu Bairro tem História	Projeto Plantar	Projeto Biblioteca amiga	Projeto Descobrimo Novos Talentos
8:45 9:45	GRUPO Psicóloga Valéria	Linguagem oral e escrita	Atividades relacionadas às Datas Comemorativas do mês	Linguagem oral e escrita	Atividades Recreativas
9:45 10:15	Oficina de música				
10:15 10:50	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala
10:50 11:00	Saída das crianças/adolescentes				
11:00 12:00	Almoço da orientadora				

Pastoral do Menor da Paróquia São Joaquim

CNPJ: 51.792.505/0001-77

Declara de Utilidade Pública Federal – Port. 2.161 de 05/12/2006

Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei 10.702 de 19/12/2000

Declarada de Utilidade Pública Municipal – Lei 978/70 de 1970

Rua Santa Catarina, 466-Baixada-São Joaquim da Barra/SP CEP: 14600-000 Fone: 16-3728-5532



TURMA DA ORIENTADORA: ELISÂNGELA

TARDE					
Horários	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
12:10 – 12:30	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes
12:10 – 13:00	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala
13:00 – 13:45	GRUPO Psicóloga Valéria	Projeto Meu Bairro tem História	Projeto Plantar	Projeto Biblioteca amiga	Projeto Descobrimos Novos Talentos
13:45 – 14:45	Atividades Recreativas	Linguagem oral e escrita	Atividades relacionadas às Datas Comemorativas do mês	Linguagem oral e escrita	Atividades Recreativas
14:45 – 15:15	Oficina de música				
15:15 – 15:50	Café da tarde no refeitório				
15:50 – 16:00	Saída das crianças/ adolescentes				

Pastoral do Menor da Paróquia São Joaquim

CNPJ: 51.792.505/0001-77

Declara de Utilidade Pública Federal – Port. 2.161 de 05/12/2006

Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei 10.702 de 19/12/2000

Declarada de Utilidade Pública Municipal – Lei 978/70 de 1970

Rua Santa Catarina, 466-Baixada-São Joaquim da Barra/SP CEP: 14600-000 Fone: 16-3728-5532



TURMA DA ORIENTADORA: GABRIELA

TARDE						
Horários	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
12:10 12:30	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes	Recepção no portão da lateral das crianças adolescentes
12:10 13:00	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala	Higiene das mãos, almoço e organização da sala
13:00 13:45	Atividades Recreativas	Projeto Meu Bairro tem História	Projeto Plantar	Projeto Biblioteca amiga	Projeto Descobrimos Novos Talentos	Projeto Descobrimos Novos Talentos
13:45 14:45	GRUPO Psicóloga Valéria	Linguagem oral e escrita	Atividades relacionadas às Datas Comemorativas do mês	Linguagem oral e escrita	Atividades Recreativas	Atividades Recreativas
14:45 15:15	Oficina de música					
15:15 15:50	Café da tarde no refeitório					
15:50 16:00	Saída das crianças/ adolescentes					

Pastoral do Menor da Paróquia São Joaquim

CNPJ: 51.792.505/0001-77

Declara de Utilidade Pública Federal – Port. 2.161 de 05/12/2006

Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei 10.702 de 19/12/2000

Declarada de Utilidade Pública Municipal – Lei 978/70 de 1970

Rua Santa Catarina, 466-Baixada-São Joaquim da Barra/SP CEP: 14600-000 Fone: 16-3728-5532



8.2- Trabalho Social

MANHÃ					
Horários	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
7:00 10:00	7:00 – 8:00 Elaboração prontuários, relatórios		Atendimentos psicossociais, orientações, encaminhamentos, visitas domiciliar Observações		
8:00 – 9:45	Grupos com crianças/ adolescentes				
TARDE					
13:00 – 14:45	Grupos com crianças/ adolescentes		Atendimentos psicossociais, orientações, encaminhamentos, visitas domiciliar Observações		
15:00 – 16:00	Elaboração prontuários, relatórios		Reunião de equipe (

DATAS PREVISTAS REUNIÕES SOCIOEDUCATIVAS MENSAIS COM OS PAIS/RESPONSÁVEIS

jan.	fev.	março	abril.	maio	jun.	jul.	ag.	set.	out.	nov.
22	26	26	23	28	25	23	27	24	22	26

Pastoral do Menor da Paróquia São Joaquim

CNPJ: 51.792.505/0001-77

Declara de Utilidade Pública Federal – Port. 2.161 de 05/12/2006

Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei 10.702 de 19/12/2000

Declarada de Utilidade Pública Municipal – Lei 978/70 de 1970

Rua Santa Catarina, 466-Baixada-São Joaquim da Barra/SP CEP: 14600-000 Fone: 16-3728-5532



9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Nossa meta para este plano é atender 100% dos usuários e seus familiares, público alvos desta parceria com qualidade nas ações desenvolvidas durante os 12 meses.

Compreendendo o processo de avaliação e monitoramento, a entidade utilizará métodos e técnicas adequadas no desenvolvimento das atividades, como relatórios, reuniões, entrevistas, índices de frequências, pesquisas de satisfação, dentre outros, ou seja, as atividades poderão sofrer alterações conforme as necessidades detectadas durante as avaliações ou de acordo com a disponibilidade da entidade.

Os técnicos de referência manterão os instrumentais em dia, relatórios de acompanhamento e desenvolvimento de suas atividades. A realização de reuniões entre (Pedagoga/Monitores) serão desenvolvidas semanalmente para avaliação das atividades e próximas metodologias aplicadas. A reunião de toda a equipe (Assistente Social, Coordenação, Pedagoga, Psicóloga, Monitores, etc) será quinzenalmente desenvolvida para captação de dificuldades diárias, estudo de casos dos atendidos, possibilitando assim melhor desempenho com as técnicas aplicadas.

Outro ponto analisado é o impacto das ações da entidade na vida cotidiana das crianças, dos adolescentes e suas famílias, isso se dará através dos atendimentos e de pesquisas efetuadas com as famílias inseridas no projeto.

Portanto para avaliação mais extensa e analítica, buscaremos identificar os pontos a serem trabalhados, bem como o desenvolvimento, baseados nas seguintes atividades:

- Relatórios mensais
- Reuniões de equipe de colaboradores
- Reuniões de equipe Técnica
- Reuniões familiares
- Reuniões de monitores
- Reuniões socioeducativas

A Pastoral do Menor da Paróquia São Joaquim tem grande preocupação com os atendidos pelos serviços oferecidos, pautados sempre no intuito de superação das vulnerabilidades sociais e fortalecimento de vínculos afetivos, auxiliando no processo de formação de cidadãos de bem para a sociedade.

Pastoral do Menor da Paróquia São Joaquim

CNPJ: 51.792.505/0001-77

Declara de Utilidade Pública Federal – Port. 2.161 de 05/12/2006

Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei 10.702 de 19/12/2000

Declarada de Utilidade Pública Municipal – Lei 978/70 de 1970

Rua Santa Catarina, 466-Baixada-São Joaquim da Barra/SP CEP: 14600-000 Fone: 16-3728-5532



10. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

10.1 - Valor total do projeto - R\$ 71.652,88

Natureza do recurso	Custeio (R\$)	Investimento(R\$)	Total (R\$)
- Municipal	71.652,88	0,00	71.652,88

10.2- Detalhamento da Despesa

- Recursos Humanos

São Joaquim da Barra, 18 de fevereiro de 2021.

Sebastião do Nascimento Filho

Sebastião do Nascimento Filho
Presidente

Pastoral do Menor da Paróquia São Joaquim

CNPJ: 51.792.505/0001-77

Declara de Utilidade Pública Federal – Port. 2.161 de 05/12/2006

Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei 10.702 de 19/12/2000

Declarada de Utilidade Publica Municipal – Lei 978/70 de 1970

Rua Santa Catarina, 466-Baixada-São Joaquim da Barra/SP CEP: 14600-000 Fone: 16-3728-5532

Recursos Humanos

Nome	Escolaridade	Função	Cargo	Carga Horária Semanal	Regime Trabalhista/Voluntário
Elizângela P. P. Caldeira	Ensino Médio	Orientadora Social	Orientadora Social	44/h	Trabalhista - CLT
Gabriela Naberci de Almeida	Superior Completo	Orientadora Social	Orientadora Social	44/h	Trabalhista - CLT
Josiani Avanzi	Superior Completo	Gestora Financeira	Gestora Financeira	20/h	Trabalhista - CLT
Valéria C L. de Matos Siena	Superior Completo	Psicóloga	Psicóloga	10/h	Trabalhista - CLT
Neuza H. Marcão Florentino	Superior Completo	Assistente Social	Assistente Social	10/h	Trabalhista -CLT
Maria Rita A.S Carrara	Superior Completo	Coordenadora	Coordenadora	20/h	Trabalhista -CLT
Gisele Aparecida Santana	Médio Completo	Auxiliar de Cozinha	Auxiliar de Cozinha	44/h	Trabalhista -CLT